

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA.

ANGRA DO HEROÍSMO, 14 de Outubro de 2011

Aos catorze dias do mês de Outubro de dois mil e onze pelas dez horas e vinte e dois minutos, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, a reunião da sessão ordinária do Conselho de Ilha da Terceira.

A Sra. Conselheira Rita Branco procedeu à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

- **António Gabriel Fraga Martins Maio** (*Presidente do Conselho de ilha da Terceira e Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Ricardo Manuel Rodrigues de Barros** (*Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Francisco Cardoso Pereira de Oliveira** (*Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
 - **Andreia Martins Cardoso da Costa** (*Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro** (*Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória*).
 - **João Luís Sanchez dos Santos** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Guilherme Ferreira de Melo** (*Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo*).
 - **Ana Rita Meneses Branco** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
 - **Rui Fernandes Nobre de Castro** (*Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória*).
 - **Carlos Valadão Santos** (*Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo*).
 - **Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes** (*Representante das Associações Agrícolas – Fruter*).
 - **Paulo Manuel Simões Ferreira** (*Representante das Associações Agrícolas – AAIT*).
 - **José Manuel Ferreira Pimentel Dias** (*Representante dos Sindicatos – UGT*).
 - **Vítor Nelson Garcia da Silva** (*Representante dos Sindicatos – CGTP*).
 - O Sr. Deputado:
 - **José Gaspar de Lima** (*Partido Socialista*).
-

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Temos quórum mas com algumas limitações. Não quero acelerar nem acondicionar o que quer que seja, como é óbvio, (as pessoas são livres), mas tenho conhecimento de que alguns dos presentes terão que se ausentar a curto prazo, nomeadamente, o Eng. Carlos Valadão dos Santos, representante da Câmara do Comércio que tem uma reunião importante da Câmara do Comércio em Ponta Delgada. Como apanha o avião ao meio dia, disse-me que só poderia estar aqui até às 10h45. Penso que já não o teremos connosco quando entrarmos no “Período da Ordem do Dia”; para efeitos de quórum, seria importante.

Atendendo à situação de chuvas fortes que actualmente se verifica na Agualva, o Sr. presidente da Câmara da Praia da Vitória também está um pouco condicionado. Eventualmente, também o Dr. Ricardo Barros da Protecção Civil e a Sra. presidente da Câmara de Angra.

Estamos um pouco condicionados mas temos quórum e vamos dar início à reunião. Seria importante aproveitar a presença das pessoas porque, legalmente, temos que emitir um Parecer e não me será possível realizar outra reunião. Como vos tinha dito, esta era a minha data limite. Também temos os tais 20 dias para cumprir que terminarão a meados da próxima semana.

Temo uma dúvida e faço a pergunta aos juristas aqui presentes: Começamos a reunião com quórum; a mesma termina no momento em que deixa de haver quórum, ou pode continuar? Tenho dúvidas sobre isso.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Na minha opinião, pode continuar sem deliberação.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Vamos dar início aos trabalhos, entrando no “Período Antes da Ordem Dia”. Agradeço a vossa presença porque sei que é com algum sacrifício que aqui estão.

Vamos colocar à votação e aprovação, a acta da última reunião do Conselho de ilha realizada no passado dia 30 de Maio na Casa das tias de Nemésio na Praia da Vitória. Gostaria que os Srs. Conselheiros de pronunciassem a respeito da acta que foi distribuída. Se tiverem alguma alteração a propor, podem fazê-lo dentro do espírito habitual.

É dada liberdade a cada um para intervir em termos de correcção do português, desde que não desrespeite o conteúdo, tudo isto para que se consiga melhorar a qualidade do texto que fica transcrito para a posteridade.

Temo-nos dado muito bem e gostaria de continuar com essa metodologia caso não haja oposição. Se os Srs. Conselheiros quiserem dizer alguma coisa, alguma adenda, alguma alteração relativamente a essa acta, façam favor.

Não havendo intervenções, vou colocar a referida acta à votação.»

A acta foi aprovada com (...?...) votos a favor e 1 abstenção.

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Legalmente, temos uma hora para o "Período de Antes da Ordem do Dia". Atendendo aos condicionalismos, se os Srs. Conselheiros quiserem abreviar esse tempo, poderemos fazê-lo.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Gostaria de mostrar a minha preocupação pelos trabalhadores das Casas do Povo dos Açores, nomeadamente da ilha Terceira, onde estão envolvidos cerca de 67 trabalhadores encarregados de instalação e serventes de limpeza que, face às notícias que vieram a público, não se sabe se neste mês de Outubro receberão o seu vencimento mensal.

Enquanto representante de uma central sindical quero manifestar a minha preocupação relativamente a essa matéria e expressar solidariedade em nome da UGT relativamente a esses trabalhadores porque o número mais significativo dos mesmos nesta área reside na ilha Terceira.

O departamento governamental que tutela esta área referiu cerca de 150 trabalhadores. Na ilha são 67; é a ilha que mais trabalhadores tem. Queria expressar a minha preocupação sobre esta matéria.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Muito obrigado. A Mesa regista a sua preocupação. Através da comunicação social tivemos conhecimento do que estava a acontecer; a representante do governo regional falou sobre o assunto. É, de facto, uma preocupação. Acho que já não pagam há 2 ou 3 meses. Parece que as verbas deixaram de ser transferidas.

A preocupação fica registada. A Mesa vai tentar ver o que pode fazer sobre isto no sentido de, pelo menos, falar com as autoridades competentes e tentar alguma explicação oficial para o que está a acontecer.»

Sr. conselheiro Rui Castro - «Também quero manifestar a mesma preocupação do Sr. conselheiro Pimentel Dias e alargá-la a algo que poderá vir a acontecer dentro de pouco tempo, ou seja, o facto de esse desemprego se alastrar a alguns funcionários de algumas juntas de freguesia. Penso que é agora que temos que nos unir, prevenir e agir, não nos alheando deste facto.

Peço que este Conselho aborde este tema numa próxima reunião para que daqui a dias não sejamos surpreendidos com algumas novidades através da comunicação social como foi o caso das Casas do Povo.

Acho que este Conselho deve tomar uma posição imediata acerca disso, apesar de ainda não haver nada de concreto relativamente aos Açores. Acho que não será demais se tomarmos já algumas providências, se é que o podemos fazer.»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Bom dia a todos. A minha primeira intervenção vai no sentido de questionar a Mesa acerca da substituição do membro da Assembleia Municipal eleito pelo PSD, o Eng. Paulo Ribeiro devido à sua passagem a deputado.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Sobre isso, o regimento diz o seguinte no seu artigo 17º: "*A substituição dos membros a que se referem as alíneas c), d) e e) do artigo 2º motivada por morte, renúncia ou perda de mandato...*", (que é o que acontece), "*... deve processar-se por indicação da entidade que os tinha originariamente indicado. O presidente do Conselho comunica o facto ao órgão ou entidade respectivo para efeitos do cumprimento do nº 2. Os novos membros completarão o mandato dos anteriores*".

Segundo a minha interpretação, ele está abrangido nestas alíneas porque a alínea c) refere 4 membros eleitos pelas Assembleias Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. O Eng. Paulo Ribeiro está abrangido nesta alínea c) e pelo que vejo aqui, a indicação deve emanar da própria Assembleia Municipal da Praia da Vitória. Está aqui o Sr. presidente da Câmara da Praia que pode querer acrescentar alguma coisa.

Também se coloca a mesma situação relativamente aos deputados. Deve ser a Assembleia Legislativa Regional a dar essa indicação. A pergunta é bastante oportuna. Temos aqui alguns casos. O Dr. Domingos Cunha deixou de ser deputado mas foi automaticamente substituído. Como temos uma logística um pouco precária e as câmaras de Angra e Praia apoiam na medida do possível, não tínhamos actualizado essa situação. O deputado substituto Francisco Vaz não estava na nossa lista.

Penso que a deputada Nélia também não está na nossa relação. Rita, temos que tomar conta disso e falar com as câmaras para actualizar. Falaremos com todos os grupos parlamentares.

Também reparei que a Sra. deputada Carla Bretão estava aqui e já não é deputada.»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Foi substituída pelo Sr. Paulo Ribeiro.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Seria importante que os próprios grupos parlamentares também nos dessem conta disso. Não o fazendo, tudo se torna mais difícil.»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Foi justamente por causa dessas substituições que apresentámos a proposta para que, no regime jurídico, essa situação pudesse ser ultrapassada com a nomeação de substitutos para essas pessoas eleitas pelas assembleias.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Tem toda a razão. Recordo-me que na altura, a sua alteração foi aceite por unanimidade, mas não chegámos a fazer a tal reunião extraordinária de Fevereiro deste ano como estava previsto porque se entendeu que não havia necessidade de o fazer.

Da última vez que falei com o Sr. deputado Clélio Meneses, essa situação estava em banho-maria. Foi esse o termo utilizado. Está tudo parado; não houve grandes avanços nesse sentido.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Penitencio-me por não ter cumprimentado os Srs. Conselheiros na minha primeira intervenção mas faço-o agora.

Concordo com o que disse o Sr. conselheiro Rui Castro sobre os trabalhadores das freguesias mas gostaria de deixar aqui uma nota: Muitas freguesias desta região dos diversos quadrantes políticos têm muitos trabalhadores contratados à margem da lei.

Se essa situação vier a acontecer e se alguns trabalhadores tiverem que perder o seu posto de trabalho, isso deve-se em muitos casos, a contratações ilegais dos autarcas. Sei do que estou a falar.

Sou solidário e concordo consigo mas temos que ter a noção de que há trabalhadores sem qualquer vínculo com a freguesia para a qual trabalham; há "N" exemplos por todas as ilhas. Eles não sabem. Temos que ver que, a forma como os trabalhadores desempenham funções para a autarquia, nem sempre é a mais adequada. Muitos estão a recibos verdes.»

Sr. conselheiro Rui Castro - «Concordo consigo mas referia-me a funcionários do quadro das juntas de freguesia com contratos legais que podem perder o seu emprego. Também concordo consigo a respeito das contratações feitas pelas juntas de freguesia e podemos alargar essas contratações ilegais a outros ramos da nossa actividade além daqueles em que estão envolvidos autarcas de freguesia.

Podemos concluir que, se calhar, muitos funcionários pensam que estão contratados de uma forma e estão-no de outra. Tenho a certeza que qualquer funcionário, independentemente da forma como esteja contratado numa junta de freguesia ou numa autarquia, tem atrás de si uma família que precisa de sustento.»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Que eu tenha conhecimento, o regime jurídico da criação ou extinção de freguesias e municípios pertence à Assembleia Legislativa Regional. Devemos acompanhar a questão da Carta Autárquica mas penso que seja uma competência da região.

Muito pessoalmente, porque já o senti na pele e temos um mapa autárquico que data de há século e meio, penso que não devemos ter medo de discutir e procurar caminhos que visem

uma melhor prestação de serviço às nossas comunidades e uma melhor organização da nossa estrutura administrativa para que possamos economizar mais em termos de infra-estruturas e recursos.

Concordo plenamente que os meios de subsistência de quem quer que seja, devem ser mantidos a todo o custo.»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Queria tecer breves considerações a respeito deste assunto que me parece bastante importante e tem a ver com esta reforma autárquica em marcha.

Em primeiro lugar, faço referência a uma questão levantada pelo Sr. Guilherme Melo sobre a suposta competência do governo e da Assembleia Legislativa Regional em matéria de criação ou extinção de freguesias. Se é verdade que o estatuto da região prevê essa competência regionalizada, ou seja, uma competência atribuída à ALR, também é verdade e o Sr. Guilherme sabe-o muito bem, que o financiamento às juntas de freguesia é garantido pelo governo da república.

Na fase em que estamos, não acredito que, mantendo-se os critérios definidos no dito documento verde, o governo da república esteja disponível para financiar mais juntas de freguesia do que as resultantes da estratégia definida.

Penso que estas questões têm que ser vistas em toda a sua plenitude. Não vamos ficar de braços cruzados a pensar que, pelo facto de a extinção e criação de freguesias ser da competência da ALR, elas subsistem do ar. Subsistem com transferências do Orçamento de Estado assim como todas as autarquias.

Acho que todas as cautelas são poucas. Devemos, não só, observar o que está em curso, mas também ter espírito crítico percebendo que estamos a falar do actual mapa autárquico do concelho de Angra, que pode passar das actuais 19 freguesias para umas 7 ou 8.

É preciso que se tenha em conta que tudo isto significa que apenas essas estruturas passarão a ser financiadas pelo governo da república porque não terá disponibilidade para financiar mais.

Significa também que, os 6 funcionários administrativos nas juntas de freguesia de S. Pedro, Sé, Conceição, S. Bento, Posto Santo e Santa Luzia não se manterão no futuro. Estamos a falar de desemprego efectivo. Não vejo outro cenário possível.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Desemprego não, porque vão para a "Mobilidade Especial".»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Não sei se vão. Temos que ver o vínculo de cada uma dessas pessoas à sua junta de freguesia para vermos se vão para a "Mobilidade Especial" ou não. Indo, pode não significar desemprego mas significará certamente, uma redução substancial do seu vencimento. Vamos ver o que isto quer dizer.

Se é verdade que existem outras pessoas a trabalhar a recibos verdes nas juntas de freguesia, estão a receber pelo trabalho prestado e, de qualquer forma, verão a sua remuneração reduzida ou simplesmente a desaparecer. São questões com implicações muito grandes além de outras que, (se o Sr. presidente mo permite), também devem ser avaliadas pelo Conselho de Ilha.

Segunda-feira, a Câmara Municipal de Angra tomará uma posição sobre esse assunto e penso que todos os órgãos, incluindo os Conselhos de Ilha, conseguem olhar para o problema com outra abrangência.

Também chamo a atenção para uma reforma em curso que tem a ver com a suposta diminuição do número de repartições de finanças. Pelo cenário que se avizinha, também haverá implicações na ilha Terceira. O que se ouve dizer é que passará a haver uma única repartição de finanças mas não sabemos se será em Angra ou na Praia porque não temos conhecimento formal.

Todos temos que pensar nesse assunto. Pode não se tratar de desemprego, mas estamos a falar de serviços que deixarão de existir com implicações para as empresas e população em geral. Há aqui muitos assuntos que carecem do olhar atento deste Conselho de Ilha.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Gostaria de fazer um comentário a esta intervenção da Sra. conselheira Andreia Cardoso mas, se os Srs. Conselheiros estivessem de acordo, cederia a palavra ao Sr. Eng. Carlos Valadão, que terá que se ausentar, para que nos possa adiantar algumas "dicas" sobre a Ante Proposta do Plano em causa. É importante sabermos o que nos tem a dizer sobre isso, enquanto representante da Câmara do Comércio.»

Sr. conselheiro Carlos Valadão dos Santos - «Muito bom dia a todos e obrigado pela excepção que me é atribuída permitindo-me falar do Parecer da Câmara do Comércio sobre o Plano.

Infelizmente, a Câmara do Comércio ainda não tem o seu Parecer pronto. A minha intervenção é genérica lembrando que ao longo dos anos temos vindo a chamar a atenção, que é sempre feita uma análise sobre as propostas do Plano e nunca se analisa o que é efectivamente executado relativamente ao Plano proposto. É uma crítica que se mantém numa base teórica sem qualquer fundamento prático e não conseguimos que isso seja modificado.

Em termos globais e face à actual conjuntura, preocupa-nos sobre maneira, verificarmos que, na promoção do crescimento sustentado da economia, há um decréscimo de cerca de 10% no investimento público. Na situação actual em que se exige que toda a actividade seja sustentada, assistimos a um decréscimo na promoção desse crescimento sustentado.

Face à situação actual que poderá ser equilibrada, não temos uma análise sobre o Plano no caso particular da ilha Terceira.

Face ao que foi dito anteriormente, se calhar seria importante fazermos uma reunião excepcional sobre essas medidas que têm sido anunciadas ultimamente e que estão a deixar as pessoas um pouco assustadas. Seria interessante falarmos sobre essa matéria durante uma hora no "Período de Antes da Ordem do Dia". Esta reunião não é suficiente por se tratar de uma matéria demasiado complexa.

Muito obrigado e peço desculpa por ter que me retirar.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Se me permite fazer uma breve reflexão em jeito de conclusão, a Câmara evidencia a desaceleração do investimento público e revela também o seu descontentamento. No Plano discutem-se apenas as previsões de investimento e não o nível de execução, um problema recorrente nestas reuniões.

O Plano tem a ver com a previsão de investimento mas nada invalida que os conselheiros possam fazer uma reunião em tempo oportuno para que se discutam os seus níveis de

execução. Faria todo o sentido a avaliação do que foi executado em cada ilha e em cada Plano. Concordo que seria um trabalho interessante.

Também referiu uma eventual reunião extraordinária para se reflectir sobre o impacto dessas medidas extraordinárias que têm sido anunciadas recentemente e que terão impacto em toda a actividade económica da região.

Resumi minimamente os 3 vectores que referiu: Desaceleração no investimento, preocupação sobre os níveis de execução do Plano e eventual discussão futura sobre as medidas correctivas agora anunciadas. Fica registado em acta para futuro Parecer.

Muito obrigado pela sua presença possível neste âmbito. Para quem não esteve presente desde o início, o Eng. Carlos Valadão tem uma reunião importante de reflexão da Câmara do Comércio este fim-de-semana em S. Miguel, na qual também estarei presente como convidado mas só da parte da tarde.

Com vice-presidente da CCAH terá que ir mais cedo. Será uma reunião importante de reflexão sobre as preocupações do tecido empresarial regional, também para a nossa ilha. Em nome da Mesa, agradeço o esforço que fez para estar aqui presente.»

Vamos retomar o assunto do "Período de Antes da Ordem do Dia".»

Sr. conselheiro Fernando Sieuve de Menezes - «É importante que diga qualquer coisa na presença do Eng. Carlos Valadão porque há uma situação que também é recorrente em várias reuniões do Conselho.

Acho que seria muito importante conhecermos a execução do novo Plano porque, por vezes, duplica situações já previstas no anterior. Os conselheiros da ilha Terceira têm todo o direito de saber a que se destinaram os remanescentes de verbas não executadas no Plano anterior.

Deve haver uma clarificação dos investimentos e da execução para que possamos alavancar um novo projecto. Se não soubermos em que ponto estamos, também não saberemos de onde arrancar para dar continuidade a um projecto. Isso é de relevante importância.

Esse assunto já foi discutido várias vezes com o Sr. vice-presidente e com o Sr. presidente do governo e tem sido uma questão também levantada em vários fóruns em que participei.

Vou voltar a uma situação também muito complicada. Neste momento estamos com grandes problemas de qualidade de exportação nas flores porque não há frio no aeroporto. Custa-me muito falar deste assunto. Algumas pessoas diziam que eu tinha qualquer coisa contra o aeroporto da Terceira. Não tenho nada contra; o que eu quero é um aeroporto que nos sirva a nível comercial.

Neste momento, todas as câmaras interiores do aeroporto estouraram e não há capacidade de as recuperar porque têm que ser substituídos equipamentos exteriores, o que não se justifica em câmaras daquela idade.

Há vários anos que temos um contentor de 20 pés muito velho, dos mais antigos que existem. A Secretaria Regional da Economia arranjou esse contentor a pedido da FRUTER que se destina apenas às flores.

O actual director do aeroporto diz que aquele contentor tem que servir toda a gente e não pode estar à temperatura de 2 graus. Assim, as flores andam num círculo de temperaturas impossíveis de aceitar devido à perda de qualidade o que faz com que atinjam preços mais

baixos ao nível do consumidor final e aconteça, como já aconteceu: O preço baixou de tal ordem, que não se justificou o envio daquela remessa. Não podemos correr riscos a esse nível.

Estas exportações podem parecer insignificantes, comparativamente com as exportações do queijo e do leite mas são muito importantes para aqueles que trabalham para terem pouco. Não sei se este conselho pode fazer alguma coisa, mas parece-me que já está na altura de se fazer um pouco mais nesse sentido.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Muito obrigado. Ambos os assuntos ficam registados. O Fernando tem falado várias vezes num deles. Estive a reler a acta do ano passado em que ele fez uma intervenção sobre os níveis de execução e também sobre este assunto.

O problema do frio no aeroporto é uma preocupação da FRUTER que tem tido uma grande importância no sector exportador da ilha e da região. Sei que, ao nível deste Plano estão previstas verbas para o aeroporto, mas não sei se contemplam ou não, esta questão do frio.

A intervenção da Sra. conselheira Andreia Cardoso foi muito importante. Se me permitem, gostaria de colocar uma questão relacionada com a alteração do mapa autárquico a respeito do qual, confesso a minha ignorância; quanto muito, tenho acompanhado alguma coisa através da comunicação social.

A minha dúvida é a seguinte: A região tem algumas competências nesta matéria, ou é uma questão da exclusiva responsabilidade do governo da república? De que forma, a redução de 2% nos funcionários ontem anunciada pelo governo da república, também se aplica aos órgãos autárquicos da região? Gostaria que me dissessem alguma coisa sobre isto porque, se assim for, terá um impacto importantíssimo.

Como a Sra. presidente da Câmara de Angra já disse, na próxima segunda-feira a autarquia tomará posição pública sobre isso. Se calhar, talvez não seja oportuno falar-se muito sobre isso, mas agradecia que pudesse dizer algo que elucidasse os Srs. Conselheiros.»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «As regiões têm competências em matéria de criação e extinção de freguesias. As assembleias regionais tomam essas decisões e existe legislação que determina as regras.

O financiamento das juntas de freguesia é garantido pelo Orçamento de Estado. Não acredito que o Estado, após determinar regras para todo o país, esteja disponível para financiar os Açores de forma diferenciada. Há cautelas a tomar porque a nossa margem de conforto é muito reduzida nessa matéria.

Há uma outra questão abordada no livro verde que tem a ver com a gestão interna das próprias autarquias, designadamente a questão dos dirigentes. Todas as autarquias do país foram obrigadas a promover reorganizações administrativas ao nível da sua orgânica e tiveram que as ver aprovadas até ao final de 2010.

Como todas as autarquias do país, a Câmara de Angra cumpriu essa regra; reinvestiu nessa reorganização administrativa com alocação de recursos financeiros para esse fim. Em Outubro tivemos conhecimento de que, afinal, essa reorganização também envolve os cargos de dirigentes e vimos o nosso quadro reduzido a 3 chefes de divisão.

Gostava de saber como se gere uma casa com 250 colaboradores apenas com 3 chefes de divisão. É algo completamente impossível. Temos de dar a conhecer à população que as coisas funcionarão muito pior.

Não é possível gerir 250 colaboradores com 3 chefias: 1 Presidente e 3 vereadores. Mais vale que o Estado assuma de uma vez por todas que quer nomear conselhos de administração para a gestão autárquica dos municípios de um determinado território. Não vale a pena termos órgãos eleitos que nem tão pouco podem decidir o seu número de dirigentes.

Afinal, estamos aqui a fazer o quê? Somos eleitos para quê? Não faz sentido! Mais vale que seja o Estado a nomear conselhos de administração com 3 pessoas para cada uma das autarquias do país.

Se é para acabar com as autarquias, mais vale fazê-lo de uma vez. Se nós, autarcas, não temos competência para definir a estrutura que necessitamos para gerir a autarquia, isto vai de mal a pior. Não é por aí que se contém despesas nem se melhora a eficiência dos serviços. Definitivamente, este não é o caminho.

Não vou ser catastrófica ao ponto de dizer não há questões muito positivas e bem-vindas a esta reforma que já deviam ter vindo há muito tempo. Claro que as há, mas há muitas outras que são profundas, nomeadamente sobre as competências dos órgãos autárquicos a respeito das quais não é dita, sequer, uma palavra.

Serão criadas autarquias piloto, uma rural, outra urbana e os arquipélagos não são referidos como um caso específico. Há coisas básicas que temos que saber e a autarquia angrense padece deste problema.

Compete à Câmara Municipal, órgão, deliberar sobre selos de residente, o selo que as pessoas colocam no carro dizendo que podem estacionar em determinada zona.

Compete também à Câmara Municipal atribuir a licença de ruído. Há uma tourada, o lançamento de um foguete ou um agrupamento musical, a Câmara Municipal tem que reunir 7 elementos para atribuir esta licença. Temos que evoluir muito. São estes os problemas efectivos de eficiência de um país.

Desde quando, são necessários 7 adultos numa sala para decidirem a atribuição de uma licença de ruído? Se cumpre a lei, basta que a licença seja atribuída pelo coordenador daquela secção. Não são necessários 7 eleitos para decidirem algo desta natureza. Estas sim, são as questões profundas da reorganização administrativa e autárquica do país. Algo desta natureza pode ser atribuído por uma junta de freguesia.

Falamos em licenciamento zero, como? O órgão autárquico reúne uma vez por semana para tomar decisões desta natureza! Há 60 pontos numa agenda em que, em média, apenas 3 justificam a sua deliberação por um órgão daquela natureza; tudo o resto são perfeitas inutilidades. Imaginem o custo de uma licença destas! 7 Pessoas reunidas para tomarem uma decisão desta natureza! É pura ineficácia do sistema! Tínhamos que chegar a este ponto e não reduzir chefias necessárias.

Não se trata de críticas partidárias. Não tem nada a ver com isso, mas sim, com a leitura que faço, já fazia antes e tornei pública. Acho tudo isto é obsoleto e arcaico e serve apenas para dar poder a pessoas ou órgãos em coisas perfeitamente tontas. É esta a reflexão que tem que ser feita. Enquanto autarcas, é esse o nosso contributo: Dizer o que está mal.

Desculpem, mas irrita-me um bocadinho ao falar sobre isso. Se há muitas autarquias que já ultrapassaram esta questão porque a lei assim o permite, na nossa, isso sente-se todas as semanas ao prepararmos agendas com 60 pontos. É uma coisa do outro mundo.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Ainda bem que se "irritou" um pouco porque conseguiu dar muita ênfase a ideias fundamentais. Creio que todos ficámos muito mais esclarecidos. Entre nós existe uma total concordância com o que foi dito. Passo a palavra ao Sr. conselheiro Roberto Monteiro que, certamente, terá muito a dizer-nos sobre isto.»

Sr. presidente da CMPV, Roberto Monteiro - «As questões levantadas pela Sra. presidente da Câmara de Angra são extremamente pertinentes.

Na sua última intervenção, o Sr. presidente da Mesa colocou uma questão que tinha a ver com a criação/extinção de freguesias, competências e financiamentos. A resposta objectiva é esta: Quem pode criar ou extinguir freguesias nas regiões autónomas são as Assembleias Legislativas Regionais. Isto é claro e é a forma. Depois, quando se vai ao conteúdo (a Andreia referiu isso e muito bem), quem as financia?

De grosso modo, o que está aqui em causa é claramente isso. Eu tenho e penso que a Andreia também tem o mapa que podemos remeter aos membros da direcção do conselho de ilha, onde se vê perfeitamente o impacto regional ao nível das 3 medidas: Das freguesias, dos dirigentes e dos vereadores. Vê-se perfeitamente qual é o impacto directo e imediato, caso a lei seja publicada tal como está na proposta.

Nalguns casos, há situações um pouco ridículas. Foi referido que Angra tem 19 freguesias e ficaria com 7 e a Praia, que tem 11, ficaria com 9. Há uma diferença de 6 ou 7 mil habitantes que faz com que um fique acima e o outro abaixo da corda dos 25 mil. É claramente uma situação que privilegia todos os concelhos com menos de 25 mil habitantes. É esta a forma. Não me parece que seja o mais importante nesta fase.

Em boa verdade, caso a Assembleia Legislativa Regional não queira extinguir algumas freguesias, terá que assumir o seu financiamento. Não vejo a coisa de outra maneira. Não sei quantas freguesias existem nos Açores mas estaremos a falar de uma redução de 40 a 50%.

Não vejo isto com muito realismo mas pode acontecer, caso haja uma convergência total entre os partidos na Assembleia Legislativa Regional sobre esta matéria, o que não me parece muito fácil, não só pelo ónus financeiro que daí resulta, mas também porque depois poderia implicar uma discussão para se encontrar meios-termos e umas poderiam ficar salvaguardadas em detrimento de outras. Em boa verdade, é algo que pode acontecer. A Assembleia Legislativa Regional pode não aplicar aquilo desde que assuma o financiamento dessas freguesias através do orçamento da região.

Estou plenamente de acordo com a questão das reformas referidas pela Andreia. Acima de tudo, penso que este é um primeiro passo para a implementação do modelo americano na gestão do poder local.

O que vejo à distância, é a evolução para uma situação em que as pessoas são eleitas mas ninguém sai da sua vida profissional. A tendência será esta. Nós vimos aqui a uma reunião por semana, damos indicações a um gestor, pessoa que não foi eleita, mas foi escolhida pelos eleitos para administrar a Câmara.

Parece-me um contra-senso que se avance em simultâneo com isto e com a situação dos dirigentes. Acho que se falha claramente neste sentido. Temos que ser claros. Penso que ninguém deve estar agarrado aqui e os poucos que cá estão devem estar doidos para fugirem dos lugares onde estão.

A verdade tem que ser encarada. Se é isso que se pretende, deve assumir-se de forma clara. Se funciona nos Estados Unidos também pode funcionar aqui. No entanto, 2 dirigentes não podem tomar conta de toda a estrutura.

Por outro lado, pode manter-se uma equipa de vereação em que as pessoas eleitas mandarão na Câmara; aí, reduz-se o número de dirigentes e o número de vereadores têm que se comportar como verdadeiras chefias e comandar. Nesse sentido tinha que se avançar claramente na questão das competências das câmaras sobre o que é ou não delegável, o que nos levaria a uma burocracia sem fim e sem pés nem cabeça.

É verdade o que diz a Sra. presidente da Câmara de Angra: 90% cento do que é obrigado a seguir para as reuniões de Câmara é quase uma chacota completa. Eu faço reuniões quinzenais porque estou em circunstâncias diferentes como é do conhecimento público.

No caso concreto de Angra, as competências do presidente foram retiradas em grande parte e colocadas no Órgão..., mas independentemente disso, temos sempre algumas. São circunstâncias diferentes. No caso excepcional da nova lei não seria possível porque quem ganhar, nem que seja por 1 voto, é que mete as pessoas.

Penso que o enfoque fundamental é percebermos qual o modelo que queremos para a gestão do poder local. Ninguém sai da sua vida activa para isto. Damos um contributo em troca de uma senha de presença e há uma ou mais pessoas, conforme a dimensão, que executam as decisões tomadas pelo Órgão em conjunto com os dirigentes que têm que existir.

Temos que decidir se queremos um modelo profissional semelhante ao existente nos Estados Unidos. Se é para se manter este modelo em que as pessoas eleitas detêm o poder e fazem o que estão habituados a ver, (quem tem um problema com a Câmara vai falar com o presidente ou com o vereador e raramente com o chefe de divisão), ele tem que ser revisto, quer em termos de arquitectura, quer em termos da simplificação de processos. Aí sim, poder-se-ia evoluir para uma situação de redução de dirigentes. Penso que ambas as coisas em simultâneo não têm qualquer peso.

Quanto à redução de efectivos, ironicamente ninguém entende porque é que a administração pública central e a regional têm que reduzir 1% ao ano e as autarquias têm que reduzir 2. É algo que nunca foi explicado mas todos temos o mínimo de inteligência para percebermos as coisas. Quer para um lado, quer para o outro, nunca foi muito explícito como isso se aplica.

Imaginemos que este ano, na Câmara A ou na secretaria B se reformam 10 pessoas que representam 10% do efectivo e nos próximos 2 anos ninguém se reforma. Isso tem que ser visto.

Se se pretende que, entre 2011 e 2013 haja uma redução efectiva de 2% dos funcionários, é uma coisa; pode-se cair no ridículo em que, numa ou várias estruturas haja uma redução de 10% num ano e no ano seguinte se tenha que despedir pessoas por não haver forma de cobrir os 2%.

Há aqui algumas matérias que não estão transparentes, nem para a administração pública regional nem para a local. Porquê, agarrar isto na questão da quantificação e não nos custos? O que é que queremos? Reduzir pessoas ou custos? Acho que se pegou nisto ao contrário.

Se eu tiver um quadro superior que se reforme, no topo de carreira isso equivale a 2,5, 2,7 ou 3 operários em termos de custos da administração pública local. Não vejo isto a ser tido em

conta. Acho que não se trata de reduzir pessoas, mas sim, despesa. É este o meu entendimento à volta de tudo isto.

Quanto à questão das freguesias, é verdade que grande parte disto será imposto, independentemente de gritarmos no meio da praça. Tratando-se de uma estratégia nacional e vendo isto numa perspectiva macro, havendo cedências, põe-se muita coisa em causa. Porque é que se vai ceder na freguesia A e não na B? Não vejo que seja fácil.

A questão das finanças será um primeiro passo. Não sei o que se passará numa segunda fase ao nível dos tribunais mas a reforma da justiça não está muito longe. Não há nada preciso mas, ao fechar-se uma repartição de finanças, certamente será a da Praia porque a estrutura macro está aqui em Angra.

Numa repartição, assim como noutra estrutura qualquer temos 2 tipos de serviços: O serviço de "*front office*" e o serviço de "*back office*". Por vezes, numa perspectiva de contenção, compreende-se que os serviços de fiscalização ou de retaguarda possam e devam estar centralizados. Temos que ver as coisas com bom senso. É mais fácil falar-se contra tudo, ir para a rua, a luta e não sei o quê, mas temos que ter algum bom senso.

Neste momento não podemos avançar com nada porque não há nada de concreto. O que podemos concluir é que ficaremos com um espaço por ilha. Se os Açores ficarem com 9 e se, por ventura, não houver nada no Corvo, mais facilmente S. Miguel ficará com 2 do que a Terceira. Estamos a ver as coisas. Se a reforma passar pela redução para 9 nos Açores, dificilmente se manterá a da Praia.

O presidente da Câmara não pode dizer hoje que a repartição das finanças da Praia vai fechar, mas entendo que nalgumas coisas, seja possível encontrar soluções intermédias. Não me parece que essas reformas se façam para reduzirem pessoas. São feitas para reduzirem custos.

Porque é que as finanças estão a pagar 3 000 euros por mês num espaço e não procuraram um espaço de parceria com a Câmara ou outra instituição qualquer, até mesmo o governo regional? Não me preocupa o que é meu. Em termos práticos não estou a ver que qualquer pessoa tenha que vir a Angra para tratar de um documento qualquer às finanças. Não estou a ver isso.

Acho que temos que estar disponíveis para alguma abertura e dizermos assim: "Meus amigos, nós até podemos manter uma estrutura de "*front office*" na Praia para assegurarmos os serviços desde que, por exemplo, o município nos arranje um espaço sem custos". Se isso fosse ultrapassado, representaria 3 000 euros mensais. Não me podem pedir é para pagar os telefones das finanças, o papel, os toners, nem os tinteiros.

Isso deve ser feito de forma racional, dando a entender às pessoas que alguma coisa tem que mudar. As coisas não podem ficar como estão porque não temos como as sustentar, nem ao nível do governo da república, nem ao nível das câmaras.

Até agora só temos ouvido falar das medidas que vêm de fora. Nos próximos tempos, estas câmaras e as outras terão que dizer que se apoiou isto mas não se pode apoiar mais. Não o fizemos ainda porque não sabemos quanto é que nos toca. Quando soubermos, temos que ter a mesma hombridade, olhar as pessoas nos olhos e dizer: "Cortaram tanto e eu tenho que cortar tanto, fazíamos isto e vamos ter que deixar de o fazer...".

Penso que deve ser esse o enquadramento geral.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Vou começar por responder ao desafio do Dr. Roberto Monteiro quando ele questiona porque é que o poder local tem que reduzir 2%, enquanto as restantes administrações terão que reduzir 1%.

Penso que o poder central sempre desconfiou do poder local. É uma tradição anterior ao 25 de Abril em que o poder central nomeava o presidente e o vice-presidente de Câmara e podia destituí-los a qualquer momento. Tinha o poder disciplinar sobre os funcionários. Veio o 25 de Abril, esse poder foi ao ar mas a mentalidade ficou e isso continua patente.

Hoje em dia, a nível central e a nível da região autónoma dos Açores, (não conheço a realidade da Madeira), os poderes mais fiscalizados e controlados são as autarquias locais pelas mais diversas razões, umas boas, outras menos boas. Não vamos discutir agora essa situação mas o poder local é o mais fiscalizado. Há aqui uma desconfiança porque se acha que as Câmaras têm trabalhadores a mais, são gastadoras, potenciam a corrupção. Existem as mais diversas teses sobre esta matéria. Como há uma desconfiança, são aquelas entidades que terão que ser penalizadas sem que haja um estudo efectivo sobre a sua realidade.

Quanto ao que disse a Sra. presidente da Câmara de Angra, quando refere que a Câmara só terá 3 dirigentes, não sei se são muitos ou poucos, mas o que me importa aqui referir é que a lei deveria ser adaptada à região e o rácio de dirigentes deveria ter em atenção o território e a população destas ilhas.

O que se passa no território continental não se devia passar aqui. Por isso, acho que os Órgãos de governo próprio da região devem exigir a adaptação da lei à região de modo a que o rácio dirigentes/população seja outro.

Na região nem sequer a Câmara de Ponta Delgada terá um director de departamento. Nem isso terá. Isso não faz sentido. Para haver um director de departamento são precisos 100 000 habitantes e nenhum concelho tem essa população. Isto não faz sentido.

O que me levou a intervir pela 3ª vez é a chamada de atenção para o que foi dito recentemente que o governo central iria controlar as admissões na administração regional. Pode não parecer, mas ainda vivemos num estado de direito. Ao dizer-se que as administrações regionais não podem contratar trabalhadores para os seus quadros, vai-se ao arrepio de qualquer norma legal ao nível do estatuto e da constituição. Não é tolerável que se diga isto de ânimo leve. Se a região quiser contratar um operário, tem que pedir autorização?»

Sr. conselheiro Fernando Sieuve de Menezes - «Se calhar, a questão que vou colocar passa-se com mais alguém. No princípio do ano recebi uma carta da Caixa Geral de Aposentações perguntando-me se eu queria optar pelo ordenado que recebia pelo Conselho de Ilha ou pela minha reforma. Há qualquer coisa que não está a funcionar bem. Se calhar, a documentação fornecida pelas Câmaras de Angra ou da Praia refere que aquilo é vencimento. Alguma palavrinha que lá vai no documento deve referir que aquilo é vencimento.

Recebi a primeira chamada de atenção da Caixa Geral de Aposentações que era reformado, por isso teria que decidir e respondi em carta registada com aviso de recepção há alguns meses.

Nessa altura tinha recebido há pouco tempo de uma reunião que tínhamos tido na Praia da Vitória e referi precisamente o que acabei de referir aqui: Que isto é um órgão autárquico em que tenho uma senha de presença e não tenho que desistir de nada da outra parte. Se me apresentarem a lei que me faça desistir, que me digam, que devolverei o dinheiro à Câmara da Praia ou de Angra.

Pergunto se é possível que os juristas de alguma das Câmaras possam dar aqui alguma ajuda para que esta situação se resolva de uma vez por todas. Tenho a impressão que o Sr. Francisco também é reformado e nunca recebeu isso.»

Sr. presidente da CMPV, Roberto Monteiro - «Eles sabem que tu andas envolvido em exportações...»

Risos na sala.

Sr. conselheiro Fernando Sieuve de Menezes - «Tens uma língua bem afiada...»

Sr. presidente da CMPV, Roberto Monteiro - «... Desconfiam de rendimentos não declarados...»

Sr. conselheiro Fernando Sieuve de Menezes - «Não sei se a Sra. presidente permite que se fale com o vosso jurista para que se perceba isto.»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Como ainda temos directora de departamento e chefe de divisão, falo com qualquer um deles. Eles ainda existem. Claro que sim. Posso falar nisso. O documento passado aqui deve ser igual ao da Câmara da Praia da Vitória. É um documento que todos os Srs. deputados municipais da Assembleia Municipal recebem. O dos vereadores é referente à remuneração daquele ano.»

Sr. Presidente da Mesa, António Maio - «Acho que o da Câmara da Praia fala em "vencimento" e o da Câmara de Angra fala em "senha de presença". Dá-me a ideia que a confusão está na Câmara da Praia. É um pormenor importante e uma situação que se resolve.»

Sr. conselheiro Vítor Silva - «Sr. presidente, Sras. e Srs. conselheiros. Não pretendia intervir sobre este ponto mas, atendendo a algumas coisas que foram ditas e algumas preocupações apresentadas, enquanto sindicalista até me senti bastante à vontade. Tendo em conta que subscrevemos essas preocupações e os motivos apontados, estaremos disponíveis para irmos para a rua quando for necessário apoiar essas causas.

Nestas coisas, por vezes as mudanças de posição caem um pouco mal. As preocupações que agora temos em relação às autarquias, às medidas recentemente anunciadas e aos motivos aqui apresentados com bastante argumentação também se poderiam aplicar em relação à saúde e ao encerramento de muitos serviços de saúde.

Nestas coisas não podemos ter 2 pesos e 2 medidas. Subscrevemos e concordamos com toda a argumentação que foi aqui apresentada. É importante que o poder local sirva as pessoas que lhe estão mais próximas. Infelizmente, nos Açores dependemos muito desse tipo de serviço. Lamentamos que, com outros governos e outras atitudes não se tenha tido o mesmo comportamento.

Sobre essa matéria sinto-me completamente à vontade porque na altura pronunciei-me contra e volto a fazê-lo agora. Manifestámo-nos e estivemos sempre contra este tipo de atitude. Convinha fazer aqui este reparo.

Em relação à redução de pessoal nos Açores, no que diz respeito à administração pública, estava prevista uma redução de 6% nos 3 anos; ou seja, uma redução de 2% ao ano independentemente de se aplicarem ou não à administração local. A redução que já estava

prevista nas medidas da troika era de 2% ao longo destes 3 anos. Do ponto de vista autárquico esta medida não trará uma desvantagem muito grande; era a que já estava prevista.

Em relação às medidas das autarquias, devo dizer que concordo praticamente com tudo o que foi dito pela Sra. presidente da Câmara de Angra. No entanto, também concordo com a preocupação apresentada por este governo. Nalgumas autarquias e sobretudo, nas que não possuem uma maioria, as decisões devem ser partilhadas e não deve ser apenas o autarca a tomar essas decisões por sua livre iniciativa.

É possível alterar algumas situações. Concordo que há questões meramente burocráticas que devem ser evitadas na agenda mas não deixa de ser verdade que muitos assuntos que deveriam ser apresentados, não o eram. Se a preocupação era que se pudesse apresentar mais alguns assuntos, então a medida tem algo de positivo.»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «O Dr. Pimentel Dias referiu uma questão que tem a ver com a possibilidade de a região legislar especificamente sobre os funcionários ou colaboradores da administração local; existem limitações nessa matéria. O SIADAPRA, sistema de avaliação criado e adaptado à região não se aplica às autarquias. Nas autarquias existe o sistema de avaliação nacional sem adaptações. Todas as outras medidas que têm sido adoptadas especificamente pelo governo regional não são adoptadas pelas autarquias. Nessa matéria seguimos a lei nacional.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «O que eu disse foi que os Órgãos do governo próprio podem exigir que a região possa adaptar. Foi o que eu disse.»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Não podem. Faço agora um brevíssimo comentário à parte final da intervenção do Sr. conselheiro Vítor Silva.

Gostaria de clarificar uma questão: Todos os assuntos cuja deliberação é da competência dos executivos camarários, decorrem da lei e há outros que são da responsabilidade da Assembleia Municipal. Que eu saiba, não deixaram de o ser em nenhuma autarquia do país.

O que eu disse foi exactamente o inverso. Referi-me a todas as inutilidades que a lei continua a conferir como competências aos executivos camarários independentemente de serem mono cores ou multi cores. Continuo a achar que é um absurdo que sejam os executivos a tomarem essas deliberações mesmo que passem a ser mono cores conforme o que a lei prevê.

Não tem a ver com o facto de haver um ou mais partidos, mas sim, com o absurdo que seja um executivo a tomar decisões daquela natureza. A descentralização e a delegação de competências também existem ao nível da estrutura autárquica. Reforço aqui a minha opinião.»

Sr. conselheiro Ricardo Barros - «A minha intervenção é motivada pela intervenção inoportuna do Sr. conselheiro Vítor Silva. É devido a este tipo de atitudes que também o país está como está. Sindicalistas como o Sr., que acabou de expressar as suas ideias, levam o país à falência.

Dizer que é inoportuno fechar uma escola com 4 ou 5 alunos ou fechar um centro de saúde que não tem valências?! Basta estar atento ao que se passa na nossa ilha para se perceber os inconvenientes e as situações extremamente graves causadas aos utentes quando têm que se deslocar a um centro de saúde como o da Praia da Vitória que não tem os tais meios auxiliares

de diagnóstico e depois o doente tem que vir para o hospital de Angra, muitas das vezes já sem vida. Isso é que é complicado!

É preciso ter-se coragem para se dizer as coisas como elas são e não confundir alhos com bogalhos, muito menos na situação de um Órgão eleito directamente. Isso é que é péssimo! Isso não é defender os trabalhadores nem o progresso do país.

É preciso termos em linha de conta o mundo em que vivemos e não o mundo irreal que, no passado, levou a situações como as que temos neste momento.»

Sr. conselheiro Paulo Simões Ferreira - «Bom dia Sr. presidente e Srs. conselheiros. Tenho estado a ouvir atentamente. Muitas das coisas faladas recentemente em relação a câmaras, juntas de freguesia e casas do povo não são surpresa, porque já se adivinhavam há muito tempo.

Não falo como representante dos agricultores, mas sim como representante de misericórdias e IPSS's. Em relação às IPSS's vamos pelo mesmo caminho e não são necessárias imposições do presidente da república. Bastam as do governo regional quando é anunciada uma redução de 20% nos apoios a todas as IPSS's e misericórdias.

Não me refiro à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo mas sim, às outras com menos capacidade. Estou à frente de uma que possui um ATL e um centro de convívio. Tem uma educadora que trabalha 3 horas e uma auxiliar que trabalha 6. Essa auxiliar devia ter sido promovida. Comunicámos que a sua remuneração tinha que ser revista e obtivemos a resposta que não havia verba. Como temos que a atribuir, pergunto onde a vamos buscar. Eu e a direcção estamos lá de graça; somos todos voluntários. Pergunto onde vamos buscar essa verba.

A procissão ainda vai no adro. Quando chegarmos aos 20%, fechamos a porta e entregamos as chaves a quem nos impõe as leis e lá vai mais um monte de gente para o desemprego. Ainda não se tinha falado aqui nas IPSS's e nas misericórdias mas é o que vai acontecer àquelas que não possuem fundos próprios.

Na Santa Casa da Misericórdia também já temos problemas. Qualquer dia vou a tribunal porque há promoções, depois paga-se o vencimento abaixo do vencimento mínimo regional. Coisas que não se entendem. Estamos a levantar a ponta do véu mas daqui a um ano o discurso vai ser outro.»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Acompanhei todas as intervenções sobre o mapa autárquico e quero felicitar os Srs. presidentes de câmara pelas suas intervenções e pelo seu interesse global.

Todos nós sentimos. Portugal vive um modelo autárquico; os nossos partidos, especialmente o PSD e o PS, têm autarcas em todo o país em juntas de freguesia e câmaras municipais.

Penso que essa discussão é bastante salutar. A história de Portugal está recheada de situações de crise. Na sequência dessas crises houve a necessidade de se tomar medidas para as combater.

É-nos exigida alguma ponderação. Temos que escolher por onde queremos ir. Temos que pôr de lado as camisolas dos partidos e discutir abertamente a forma como a nossa sociedade deve ser reorganizada.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Se me permitem, complemento o que acaba de dizer. Acho que hoje os Açores podem-se apresentar no contexto do país como uma região que tem sido bem governada de forma responsável. Não só a região no seu conjunto como também as autarquias ou as empresas públicas, contando sempre com algumas exceções.

Quer a nível do continente, quer a nível da outra região autónoma, podemos ter uma presença afirmativa de uma gestão sã e responsável. Isto não invalida critérios ou opções partidárias diferentes nem que, num ou noutro caso não tenha existido algum excesso. Haverá sempre ineficiências e desperdícios mas, de um modo geral, temos tido uma boa presença no contexto do país que somos.

O grande apelo que aqui faço para que fique registado em acta, é que a nossa autonomia prevaleça nesse sentido e que os Açores se possam apresentar no contexto do país com essa referência e reivindicar alguma coisa de bom em termos das limitações previstas.

Depois das medidas anunciadas ontem e do que vem por aí abaixo, já esperamos de tudo. O que vai vir não é um quadro muito animador. Acho que não temos de pagar pelo que de mal se tem feito ao nível do país.

A minha esperança é que a situação de ineficiências e desperdícios não sirva de pretexto para se acabar com o modelo que tem funcionado, dado os seus contributos positivos, embora mereça algumas reformas.

Relativamente à reforma administrativa que foi aqui falada, há um aspecto muito importante: Muitas vezes, associamos as autarquias a situações explosivas, promíscuas, ao futebol, a empresas de construção civil e não sei que mais. Felizmente, isso não tem acontecido nos Açores. Não se conhecem casos destes. Infelizmente, houve algumas situações em que isso aconteceu no país mas por causa de uns não deverão pagar os outros.

Temos que olhar para o poder autárquico com muita estima com sendo um grande avanço da revolução de Abril. Há pouco o Pimentel Dias disse e com muita razão, que eram todos nomeados pelo poder central e ninguém quer voltar a esta situação. Compete-nos a nós, dentro das nossas limitações, fazer alguma força nesse sentido.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto único: Apreciação da Ante proposta do Plano Regional Anual para 2012 com vista à emissão do Parecer do Conselho de Ilha sobre a mesma.

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Tivemos um "Período de Antes da Ordem do Dia" muito animado, interessante e construtivo, houve um grande consenso e espero que no Plano o consenso também seja possível. Espero que haja um debate interessante.

Sem querer condicionar minimamente, (era o que faltava), trouxe algum trabalho de casa feito. Fui ao Parecer do ano passado e fiz algumas alterações pontuais em termos de valores e de números, atendendo a que na altura houve alguma abrangência e consenso.

Este é apenas um trunfo que tenho enquanto presidente porque temos que sair daqui com um Parecer. O ideal seria que o Conselho construísse o seu próprio Parecer a partir das diversas intervenções. O apelo que faço vai nesse sentido. Dou a palavra aos Srs. conselheiros.»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Confesso que não tive muito tempo para estudar o Plano. Vi-o em grande parte, reuni e foi-me possível elaborar um Parecer que passarei a ler. Há aqui várias situações que merecem a minha reflexão enquanto representante do PSD.

“Sobre a anteposta do Plano Regional para 2012, consideramos os seguintes aspectos:

O documento apresentado contém uma análise da situação económica e social da Região nos mesmos moldes que têm sido apresentados nos anos anteriores.

Tem sido apontado por vários especialistas que a economia dos Açores tem de se basear em 3 pilares estruturantes: A agricultura, a pesca e o turismo, cujas actividades principais e secundárias, são capazes de gerar riqueza e criar emprego.

Adiantam que, para o seu normal desenvolvimento e crescimento tem de haver boas políticas e bons sistemas de transportes, comunicações e energia nos seus variados ramos, que permitam ao tecido empresarial, desenvolver-se e competir com outros mercados.

Actualmente enfrentamos uma grave crise económica com variados problemas, sendo um dos principais, a falta de dinheiro a circular para que possa apoiar o desenvolvimento das nossas empresas, manter e criar novos postos de trabalho e, deste modo, sustentar as nossas famílias.

O Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores é o principal motor da economia açoriana e deve, agora mais do que nunca, criar condições para que as nossas empresas possam continuar a produzir, se possam manter os postos de trabalho e se possa também apoiar os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade.

Um bom plano de investimentos é aquele que promove o desenvolvimento de projectos que possam gerar retorno, sobretudo ao nível do tecido empresarial ou de qualquer outro que possa gerar a criação de emprego.

No que toca à ilha Terceira e à sua participação na economia açoriana, muito se tem falado sobre os seus problemas e que caminhos devem ser trilhados para que a Terceira possa ter o seu desenvolvimento, acompanhando também o esperado desenvolvimento de todas as ilhas dos Açores.

Este Conselho tem discutido as necessidades da ilha Terceira e, fruto dessa discussão, foi possível elencar um conjunto de preocupações no âmbito económico e social e reivindicar a necessidade de assumir determinadas estratégias para o seu desenvolvimento, tendo sido apresentadas ao Sr. presidente do Governo Regional dos Açores no passado dia 13 de Dezembro de 2010 pelos membros da Mesa deste nosso Conselho.

Nessa reunião foram abordados vários problemas com destaque para a necessidade de reformular o sistema de incentivos e apoios às empresas, a reanálise das linhas de crédito, os constrangimentos sentidos na apresentação de candidaturas e na grande dificuldade em obter financiamentos bancários que, cada vez, se agrava mais.

Referiu-se ainda a necessidade de investir em obras estruturantes: A rentabilização do porto da Praia, o terminal de cargas, a geotermia, o cais de cruzeiros e, sobretudo, a centralidade da Ilha Terceira e a sua importância no que toca aos transportes.

Face ao exposto, constatámos que, investimentos essenciais ao desenvolvimento da nossa frágil economia, continuam por realizar:

- A construção do novo terminal de cargas na aerogare civil das Lajes, projecto que já vem desde 2007, (tendo já hoje sido abordados os seus problemas, pelo Sr. conselheiro Fernando Sieuve).

- Diversas obras no Porto da Praia da Vitória, ditas de requalificação.

- O prometido cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo, pelo Sr. presidente do Governo Regional dos Açores, cujo estudo para a discussão pública já foi anunciado para Fevereiro de 2011, mas que, até à presente data, continua por não ser apresentado.

O Plano de 2011 previa a quantia de 990 000 € para a sua execução e agora, pasme-se, sofreu um corte violentíssimo: Passa a dispor de, apenas 47 775 € para o ano de 2012; o mesmo é dizer não se fará nada nesse ano.

- A nível dos transportes aéreos, nada há de novo nos preços das viagens de e para os Açores; continuam a ser demasiado caras.

Por outro lado, a falta de apresentação de documentos sobre a execução dos projectos em curso na ilha Terceira, não permite que se faça uma análise mais exaustiva do Plano de Investimentos, pois este contém obras em curso e outras que ainda não foram iniciadas, apesar de já constarem em Planos anteriores, tais como: O Centro de formação do Belo Jardim, o hospital da Boa Nova e o reordenamento da Baía de Angra.

Já que se fala nesta obra do reordenamento da baía de Angra cujo projecto será posto brevemente à discussão pública conforme foi anunciado pelo governo regional, é caso para questionarmos sobre a oportunidade desta obra, tendo em conta as prioridades elencadas na página 22 do Plano.

Quanto à produtividade económica desta obra e ao rigor na afectação dos recursos financeiros, é caso para questionarmos: Que retorno terá esta obra que custará a todos nós, o valor de 2 747 964 €?

Não seria mais vantajoso criar-se um fundo de socorro às empresas, à semelhança do que foi criado para as famílias, (o agora denominado Fundo de Compensação Social), dotado com 6 596 000 €, que pudesse, eventualmente, atenuar os grandes problemas de financiamento bancário que as empresas têm enfrentado?

Já que falamos em rigor e oportunidade de investimentos e sentindo-se os efeitos da crise, parece-me ser uma ofensa a todos os açorianos, quando se gastam mais de 2 milhões de euros em obras de embelezamento nos palácios afectos à Presidência do Governo, sendo que, na Terceira se prevê gastar 1 116 994 € nos jardins exteriores do Palácio dos Capitães Gerais, conforme consta na página 109 e nos anexos, página 23, programa 16, acção 4.

Que dizer também do avultado valor investido em actividades culturais para o Teatro Micaelense e para as Portas do Mar, quando não se gasta proporcionalmente nas outras ilhas? Onde estão os critérios de equilíbrio e igualdade de condições para todos os açorianos?

Quanto ao investimento social, continuamos a assistir à construção de mais equipamentos, nomeadamente de centros de dia, de idosos, centros comunitários e outros equipamentos

colectivos, sem que se tenha um levantamento exaustivo do que se tem e principalmente do que se necessita.

Cada vez mais, temos de ser rigorosos na aplicação dos dinheiros públicos, tendo em conta as necessidades das comunidades e aprioridade do investimento a realizar. A sociedade está a despertar e cada vez mais se questiona sobre as obras, para que servem e quanto custa a sua construção e manutenção. É que, não basta construir; depois é necessário manter essas estruturas.

Quanto ao valor global do Plano de Investimentos, verificámos que o Plano está dotado com 722 414 287 €, menos 10 % do que o Plano previsto para 2011 no valor de 801 321 424 €.

O total de investimento previsto para a ilha Terceira é de 137 857 232 €, o que equivale a uma diminuição de cerca de 13% do valor previsto em 2011, de 158 509 458 €.

Curiosamente, enquanto o Plano diminui para a generalidade das ilhas, verifica-se que aumenta para São Miguel cerca de 4,55%, estando previstos 248 934 368 € para 2012, sendo que em 2011, tal valor foi de 238 103 186 €.

Aqui também se questiona, com que critérios de equilíbrio e igualdade de tratamento o governo trata as ilhas. Diminui para as restantes 8 e aumenta para a ilha maior, justamente onde há maior desenvolvimento económico e social.

Este Plano de Investimentos não é o Plano que o PSD pretende para a ilha Terceira e que a Terceira precisa. Parece-nos que não é este o Plano que os Terceirenses merecem e que possam dizer: O nosso dinheiro, o nosso esforço e o nosso sacrifício estão bem aplicados.” Muito obrigado.»

Sr. presidente da CMPV, Roberto Monteiro - «Gostaria de fazer um enquadramento genérico. À semelhança do Sr. conselheiro Guilherme Melo, li e analisei o Plano na medida do possível mas não o fiz ao pormenor. Há alguns pressupostos básicos que todos devemos ter ao analisá-lo.

Em primeiro lugar, já foi referido aqui por alguns conselheiros que há obras que se repetem. Os Planos são instrumentos de execução financeira e não física. É preciso fazermos essa distinção prévia para evitarmos interpretações erradas. Uma obra pode estar concluída e inaugurada e faltar pagar uma parte ou outras questões ligadas a reembolsos comunitários, o que acontece muitas vezes.

Quem lida com isso, sabe que nos tempos em que vivemos, cada vez é mais difícil executar os fundos comunitários quando temos que pagar os 100% para nos atribuírem 85. Cada vez é mais difícil conseguir dotação para isso. Há situações de valores inscritos que resultam destes factos.

Ponto prévio: Distinguir a execução física da execução financeira. Este Plano é um instrumento de gestão financeira. A partir daqui tudo se entronca. Penso que são claramente 2, os objectivos estratégicos do Plano Regional: A consolidação orçamental e financeira, que é inequívoca e uma orientação direccionada para empresas e famílias. A partir do momento em que essa bitola estratégica é definida, devem-se retirar daqui algumas consequências.

É claro e inequívoco que, quando se coloca o objectivo da consolidação orçamental em primeiro lugar, seja num governo, numa câmara ou numa família, tem que haver uma redução da despesa a dois níveis.

Redução da despesa de investimento: Neste caso, tirando o que o PSD refere que este ano é maior em relação a S. Miguel, penso que em anos anteriores foi sempre ao contrário, se tivermos em conta a relação percentual entre a população da ilha e o resultado dos Planos.

Não vou entrar nessa discussão; estou aqui em nome da Terceira. Em termos da redução da despesa, a Terceira reduz menos do que a média regional. É uma questão factual. A nível regional a redução ronda os 8 a 10, na Terceira anda nos 3,5.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «A Terceira reduz mais.»

Sr. presidente da CMPV, Roberto Monteiro - «Está a referir-se só ao investimento. Num Plano não há só a componente do investimento. É preciso ver o investimento e a despesa corrente. Ou estamos aqui a dar um Parecer sobre um Plano de Investimentos ou um Plano global.

Há ainda a outra vertente em que a Terceira está claramente acima dos 25% do peso que tem na despesa de funcionamento da região. Isso é indiscutível. Estamos na casa dos 36% da despesa de funcionamento da região. É preciso que se faça essa distinção. Estou a referir números agregados, corrente + capital.

Outro caso: Provavelmente não caberá ao Conselho de Ilha, mas o Partido Socialista tem que o fazer. Tem que ser explicado com clareza o que não será feito na Terceira, tendo em conta os cortes e os compromissos assumidos. Penso que é um trabalho que compete aos deputados eleitos mas também ao governo. Assume com o mesmo nível de responsabilidade que qualquer presidente de câmara ou de junta de freguesia, que também terá que o fazer.

Os compromissos não se resumem aos manifestos. Há coisas que nunca estiveram nos manifestos e que foram assumidos mais tarde, porque damos uma conferência de imprensa ou participamos num evento, etc.

Há um conjunto de expectativas. Acho que isto não é errado mas sim, visto numa perspectiva positiva. Trata-se do orçamento do último ano de uma legislatura; não é um orçamento qualquer nem tem as características dos orçamentos municipais em que, por exemplo, podemos pôr 80 000 € para projectos em 2012 e inscrevê-los em 2013. A região não faz assim.

Se tudo o que está neste Plano for executado, é o balanço final que tem que ser feito pela legislatura. Acho que é uma leitura que deve ser feita sem qualquer problema. Deve explicar-se o que não será feito na Terceira em relação aos compromissos assumidos.

Por outro lado, penso que este Plano também manifesta outro tipo de situação por isso é que algumas coisas caem em detrimento de outras. A leitura que o governo faz e algumas das coisas que vejo cair, (algumas não estão inscritas no meu concelho), são iniciativas ou projectos que não tinham co-financiamento comunitário. Esta é uma opção aqui inerente e na minha óptica parece-me bem. Quando não podemos fazer tudo, devemos dar prioridade ao que é co-financiado por dinheiros comunitários.

Como nota final, é o facto de haver situações de obras muito relevantes que não têm uma inscrição directa e objectiva em termos do Plano. Não estou a falar só em parcerias público/privadas que não aparecem aqui e são milhões; estamos a falar nas obras das sociedades gestoras dos portos, etc., que não constam nem constaram nos outros anos. São coisas que devem ser trazidas à discussão.

Há muita coisa que será feita na Terceira que não consta desse Plano, como, por exemplo, as obras das instituições de solidariedade ou das escolas profissionais. Lembro-me da Escola

Profissional da Praia, uma obra de 6 a 7 milhões de euros. Não consta aqui, porquê? Porque é uma obra da fundação que não está inscrita e vai buscar verbas aos fundos da região. É preciso termos em conta esse tipo de enquadramento na análise do Plano.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Não devo fazer comentários às intervenções de ninguém mas deixo uma palavra muito simples e objectiva. O Sr. conselheiro começou por dizer que não tinha feito o trabalho de casa mas fê-lo bem feito. Fez uma boa intervenção como é habitual, dando um importante contributo para que os restantes conselheiros pudessem perceber a sua perspectiva sobre o Plano.

O Roberto Monteiro também fez uma boa intervenção da forma como já nos habituou com a sua experiência e competência técnica dizendo uma coisa que, para mim, é muito importante: Que o Partido Socialista tinha que explicar os investimentos que, face aos compromissos eleitorais, ficaram de fora neste Plano.

Acho que é de louvar esse tipo de iniciativas e a coragem de dizer essas coisas nestes órgãos com a frontalidade com que o fez.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Devia é ter dito como é que se vão pagar as parcerias público/privadas. Isso esqueceu-lhe.»

Sr. presidente da CMPV, Roberto Monteiro - «Não está no Plano.»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Quase todos somos capazes de fazermos uma avaliação ao nível da execução sem termos que olhar para o Plano. Falamos tantas vezes em percentagens para cima e para baixo, mas para mim é óbvio. Sei perfeitamente o que está a decorrer e quais as obras do governo regional que correspondem fielmente aos compromissos assumidos.

O governo pode ter assumido novos compromissos que ainda estão em execução, mas todos os que foram assumidos, estão a ser cumpridos. Aqui mais acima temos 2 grandes intervenções: A Biblioteca Pública e o Quartel dos Bombeiros, ambos os investimentos financiados pelo governo regional.

Na zona da Vinha Brava temos o Laboratório de Engenharia Civil e o Parque de Exposições e um pouco mais à frente temos o novo hospital quase concluído.

Se avaliarmos o nível social, concluímos este ano uma reabilitação total da Cresce e Jardim de Infância da Terra Chã, temos em curso um investimento de grande importância na freguesia de Santa Bárbara, que é o ATL e Centro de Convívio de Idosos cuja continuidade em termos de financiamento, está aqui contemplada e temos ainda um investimento de apoio social muito importante no Porto Judeu.

Na minha modesta opinião, queria fazer referência à Carta Social dos Açores que já existe há muitos anos e ao recenseamento que foi feito para conhecermos as necessidades existentes.

Conheço o que está a ser feito no meu concelho mas também conheço o que se está a fazer no concelho da Praia da Vitória. Estão a ser desenvolvidos naquele concelho, investimentos de extrema importância na área social, designadamente, no apoio aos idosos. Estou a referir-me ao Lar D. Pedro V, uma intervenção imprescindível que está em fase de conclusão, além de uma pequena residência de idosos na freguesia de S. Brás, que é também um investimento de grande importância.

Há muitos outros que foram sendo feitos e dispersos pelas freguesias do concelho da Praia da Vitória, como por exemplo, um investimento que reabilita uma casa fantástica na Vila Nova, dando uma resposta muito importante à população daquela zona.

O recenseamento das necessidades sociais está sustentado em dados muito objectivos. O concelho da Praia da Vitória estava claramente deficitário ao nível do apoio aos idosos. Por isso é que foram canalizadas para ali verbas específicas nesta matéria. Estão de parabéns, não só o governo regional, como também todos os cidadãos daquele concelho.

Os investimentos não acontecem de forma desgarrada, mas sim, na sequência de uma avaliação criteriosa, quer ao envelhecimento da população, quer ao número de camas existentes em cada concelho, visando a resposta necessária.

Penso que o balanço do que foi feito até agora é claramente positivo e a inscrição dos investimentos constantes do Plano dão continuidade aos compromissos assumidos.

Não posso deixar de fazer referência a 2 investimentos previstos no Plano que, supostamente acontecerão no concelho de Angra do Heroísmo. Espero que assim seja. Passamos a vida a propagandear que somos património mundial e depois ficamos indignados com a prioridade dada ao investimento no Palácio dos Capitães Gerais, porquê? Trata-se de património regional numa cidade património mundial. Porque é que nos indignamos e manifestamos contra um investimento daquela natureza no nosso concelho? Não valorizamos o nosso património? É mundial, apenas para estatuto? Deixa de ser património mundial e uma prioridade no que toca à manutenção e conservação?

Porque é que também nos indignamos com um investimento na marginal da baía de Angra que é um compromisso assumido pelo governo regional? Finalmente temos um projecto de grande qualidade que requalifica a marginal da cidade, permitindo à população deste concelho e a todos os que nos visitam, usufruírem de um espaço maravilhoso.

Estamos contra um investimento de 2,5 milhões de euros no concelho de Angra? É isso, que queremos exprimir? Claro que é prioritário. Não basta sermos cidade património mundial apenas em título. Temos que o ser também no que respeita aos investimentos direccionados para este núcleo que tem que ser conservado. Por isso é que a câmara municipal vai investir na reabilitação das calçadas do centro histórico. Ninguém deixa de circular devido às condições em que se encontra a calçada, mas se a mantivermos como está nos próximos 10 anos, vamos deixar de circular.

Investir em património é mais ou menos como investir em cultura; toda agente considera que é uma despesa e não um investimento. Não! Estamos a investir na recuperação do património! É um investimento de grande importância!

Tomara a câmara municipal, poder canalizar verbas idênticas para a reabilitação dos espaços do concelho que já não sofrem uma intervenção há mais de 2 décadas. Era o que eu também desejava. Estas coisas, além de prioritárias, são essenciais. Ainda bem que o governo regional está a canalizar verbas para este fim.

Faço uma última referência ao que foi dito pelo Sr. conselheiro Roberto Monteiro. Há 3 provas vivas entre o que é executado fisicamente e o que é executado financeiramente. São exemplos disso: O edifício dos Bombeiros em Angra, a Biblioteca Pública e o novo Hospital. Não deixarão de ter execução em 2012.

A parceria do hospital de Angra vai começar a ser paga e é importante que o seja. Muito se falou que iria aparecer qualquer coisa muito escondida e que o governo não teria capacidade para cumprir os compromissos que assumiu. Estão todos aqui. Estão aqui SCUT's, estão aqui hospitais, está aqui tudo. Isto não é a república do Jardim. Aqui trabalha-se a sério. Há compromissos de despesa que estão garantidos para os anos seguintes.

Uma coisa que também era muito aflorada ao nível do investimento do governo regional era o subfinanciamento da saúde. Penso que não há a menor dúvida quanto ao reforço das transferências para essa área, exactamente para permitir o fluxo financeiro necessário à garantia do devido funcionamento das estruturas, ao contrário do que está a acontecer na república que é: Vamos cortar onde? Na saúde e na educação.

Penso que as prioridades do governo regional estão correctas. Continua a investir na saúde e na educação que são prioridades para o nível de vida pretendido para a população das ilhas.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Deixo uma pequena nota à forma entusiasmada como defendeu a obra social feita no concelho da Praia. Como o Conselho de Ilha também se preocupa com a ligação entre os 2 concelhos, deixa-se aqui o registo dessa situação.»

Sr. conselheiro José Gaspar Lima - «A Ante Proposta do Plano Regional Anual para 2012 aprovou um volume de investimentos públicos para a ilha de cerca de 138 milhões de euros, menos cerca de 20 milhões em relação a 2011, ou seja, menos 13,16%.

Dadas as dificuldades existentes devido à crise nacional e internacional que atravessamos, mesmo assim, existe um investimento por parte do governo regional que não vem pôr em causa o manifesto eleitoral apresentado aos terceirenses, sendo a ilha Terceira, a ilha com maior investimento o qual, em termos gerais, é distribuído do seguinte modo:

A melhoria das qualificações e competências dos açorianos representa, na ilha Terceira, 35,5 milhões de euros.

O aumento da competitividade do sector agrícola e florestal representa um investimento de 36,2 milhões de euros.

O reforço à solidariedade e à coesão social representa 19,5 milhões de euros, um ponto muito importante que não podemos deixar de parte.

Foram atribuídos cerca de 5,6 milhões de euros na valorização do mundo rural e na modernização de infra-estruturas e cerca de 2,1 milhões na actividade da pesca, porque, como sabem, o governo tem vindo a investir na melhoria de todos os portos. Este ano é menos mas o ano passado foram mais de 9 milhões de euros para a ilha Terceira.

Para o desenvolvimento do turismo são cerca de 2,8 milhões de euros, no fomento à competitividade, cerca de 13,5 milhões e para a gestão eficiente do território, promovendo a qualidade ambiental, foram atribuídos cerca de 18,3 milhões de euros.

Foram destacadas algumas obras mas gostaria de realçar as que vêm neste Plano e que são importantes:

A ampliação da EBI de Angra do Heroísmo com a construção de um bloco com laboratórios, auditório, bar e mediateca, o Centro de Formação de Bel jardim na Praia da Vitória, a Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo na sua fase final com uma verba de grande vulto, o arranque das obras no antigo hospital da Boa Nova, um grande bolo de verba para o Parque

Desportivo da Ilha Terceira que todos os anos é preciso manter e recuperar, o Laboratório Regional de Veterinária, o Parque de Exposições da ilha Terceira, a construção quase total do edifício do antigo tribunal da Praia e sua adaptação a lar de idosos, também uma obra de grande valor que vem beneficiar toda aquela zona da Praia da Vitória.

A criação do Centro de Dia, Centro de Convívio e Serviço de Apoio ao Domicílio no Porto Judeu, a construção do Centro de Convívio de Idosos e Atelier de Tempos Livres do Posto Santo, a construção do Centro de Dia e ATL em Santa Bárbara, os encargos decorrentes da parceria público/privada, (mais de 12 milhões) e a recuperação dos espaços exteriores do Palácio dos Capitães Gerais porque se trata de jardins históricos que estavam em mau estado e têm que ser recuperados. É um investimento que tem que ser feito porque somos uma cidade património e temos que investir nestas áreas para mantermos o que é nosso.

Ainda a finalização da construção e ampliação do quartel dos bombeiros de Angra do Heroísmo, a repavimentação da estrada regional 1 1ª, Cruz das Cinco/Santa Bárbara, a requalificação propriamente dita do Palácio dos Capitães Gerais e a construção do terminal de cruzeiros em Angra com uma verba de 2 milhões para a recuperação do enrocamento do cais existente, fora o trabalho que será feito ao nível do próprio terminal de cruzeiros após a discussão pública.

Também existe uma verba para a requalificação do Porto da Praia da Vitória que abrange toda aquela zona dos combustíveis, a 2ª fase do Plano Integrado da baía de Angra, uma obra de grande interesse para o nosso concelho e para a ilha que envolve uma melhoria enorme em toda aquela zona de passagem entre o Porto das Pipas e o Clube Náutico. Esta é uma obra de grande interesse para nós angrenses, porque precisamos de uma zona com dignidade à beira mar.

Refiro também a Aerogare Civil as Lajes com as empreitadas de ampliação e reordenamento do parque de estacionamento das partidas e chegadas. Como sabem, foi adquirida toda aquela zona das casas velhas existentes ali ao pé. Aquilo vai ser tudo arranjado, resultando num parque ainda maior para partidas e chegadas. Há também uma verba para a construção do terminal de carga.

Também existem áreas importantes nesta Ante Proposta de Plano, as quais foram reforçadas pensando sempre na crise que atravessamos, viradas para a defesa das pessoas, ajudando as famílias e as empresas ao nível da coesão social, como se viu.

É claro que, para o governo regional, deve ser mais fácil deixar de efectuar uma obra para melhorar e garantir o nível de vida das pessoas, ajudando as famílias e as nossas empresas, garantindo assim, menos desemprego. Por esta razão é que se deve assinalar e considerar uma mais-valia, o reforço orçamental em termos regionais nas áreas da competitividade da economia e da qualificação dos recursos humanos.

Julgo que esta é uma Ante Proposta de grande valor para a ilha Terceira, não diminuindo em nada, os trabalhos que se têm feito ao longo dos últimos anos, cumprindo com o manifesto apresentado aos terceirenses na última campanha eleitoral.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Muito obrigado. Também agradeço o seu trabalho de casa. Foi muito claro em tudo o que disse.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «À semelhança do que fiz sobre o Plano de 2011, vou pronunciar-me sobre o que respeita à central sindical que estou aqui a representar, à questão do emprego.

Acho que o que dissemos o ano passado acerca da Proposta de Plano para 2011, se aplica da mesma forma ao Plano de 2012, se calhar agravado, porque continuamos sem saber qual é a taxa de desemprego por ilha. Não sabemos quantos são os desempregados na ilha Terceira; não sei porque é que esses dados estatísticos não são disponibilizados à população.

Sabemos que a taxa de desemprego aumentou na região e que neste momento é de 9,7%, não sabemos qual a taxa de desemprego na ilha Terceira e ainda ontem ouvi na rádio que a insolvência de empresas na ilha e na região aumentou de forma significativa.

Não sabemos se há trabalhadores com salários em atraso, que os há; não sabemos o número, nem sabemos quais as políticas de emprego previstas neste Plano para 2012 para, pelo menos, estancar a subida do desemprego.

Continuamos a ver programas de formação para desempregados mas não sabemos qual o retorno que vão ter; continuamos a ver a construção de hotéis mas não sabemos onde estão os empregados e os turistas para preencherem a capacidade desses mesmos hotéis.

Temos bastante receio sobre este hotel que está a ser construído, se terá turismo ou trabalhadores em número suficiente para o desempenho da sua actividade. Temos receio. Não vemos essas coisas contempladas. Só ouvimos falar em betão mais betão sobre betão.

A minha opinião, enquanto sindicalista, é um pouco diferente. A qualificação dos recursos humanos tem que ser feita e não vemos um cêntimo previsto neste Plano. Não existe verba para a qualificação dos recursos humanos da administração pública, ou se existe, é pouco significativa.

Os recursos humanos é que vão criar riqueza. A sua qualificação tem que ter um efeito útil sob pena de se dar formação profissional às pessoas e depois elas continuarem a frequentar formações atrás de formações sem entrarem no mercado de trabalho.

Na nossa opinião, o que dissemos em 2011, continua a verificar-se em 2012.»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Queria reforçar a minha afirmação quanto à diminuição de 13% no investimento para a Terceira, corroborado pelo Sr. conselheiro José Gaspar de Lima.

Quanto à intervenção da Sra. conselheira Andreia Costa, permita-me que lhe faça 3 pequenos reparos. Quanto aos investimentos sociais, critico um bocado a falta de planeamento.

Vou referir-lhe o caso do Porto Judeu que eu conheço: Está aqui apontada a construção de um novo edifício de Centro de Dia, Centro de Convívio e Centro de Apoio ao domicílio que custará cerca de meio milhão de euros. Sabe que, recentemente, foi construído o centro de convívio dos idosos; sabe que o centro comunitário foi construído com todas as condições e na altura já se sabia qual a população do Porto Judeu, da Feteira e da Vila de S. Sebastião. Sabia-se isso e foi construído.

Presentemente falta-nos, tão só, um centro dos idosos e vai daí, o que se prevê, (pelo menos em termos de projecto), é a construção de um novo edifício...»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Está errado. Está errada a sua interpretação do que vai ficar lá a funcionar.»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Sra. conselheira, é o que está referido na página 97: “Construção de novo edifício para a criação de Centro de Dia, Centro de Convívio e Centro de

Apoio domiciliário no Porto Judeu”..., quando, recentemente, já se investiram milhares de euros nessas infra-estruturas.

Quanto ao despesismo da Madeira, concordo em absoluto consigo mas não vou por aí, senão também teríamos que discutir o despesismo que houve nos governos do PS nos anos anteriores. Se calhar, também deveríamos discutir, falar nessas coisas e aprender com o passado...»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Não falei em despesismos. Falei em coisas encapotadas, escondidas... Se quiser comparar, está tudo aqui à vista...»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Foi despesismo. Por último, a Sra. indignou-se quanto à obra dos jardins no Palácio dos Capitães Gerais. Quando se fala em crise financeira (e o próprio Plano aponta aqui para o rigor e a contenção, devendo optar-se pela prioridade dos investimentos que têm retorno), o que critico é a construção desse projecto no valor de 1 milhão e tal de euros.

Faço um pequeno exercício: Numa casa de família com problemas e dívidas à banca, a dona da casa põe-se a arranjar jardins? As pessoas censuram.

Deve investir-se quando há oportunidade para isso. O próprio Plano aponta para o rigor e fala em projectos de retorno. Tenho sérias dúvidas quanto ao retorno que vamos ter na zona do jardim, quando se fala em retirar um parque de estacionamento.»

Sr. conselheiro Vítor Silva - «O Plano é, de facto, um instrumento de trabalho extremamente importante, traça algumas balizas e contém referências de orientação muito importantes. Como já foi aqui referido por vários conselheiros, a CGTP também partilha a opinião de que o mesmo deveria conter outras referências ao nível da execução, o que não acontece. Partilho da opinião de que este Conselho de Ilha deve fazer uma avaliação do nível de execução deste Plano.

No que respeita à CGTP, temos preocupações sobre 3 matérias específicas: Desemprego, qualificação profissional e precariedade. Existem outras entidades com preocupações sobre outras matérias, nós temos algum interesse nestas. Como já foi aqui referido pelo representante da outra central sindical, não existem dados sobre estas matérias.

Em termos gerais, a CGTP vai emitir Parecer positivo embora discordando e fazendo uma chamada de atenção sobre algumas coisas que estão menos bem.

Gostava de fazer um pequeno à parte sobre o que foi dito pelo Sr. Ricardo Barros: Que eu saiba, o país está numa situação de falência e não teve o sindicalista Vítor Silva nem outro sindicalista à frente nos últimos anos. O último rosto foi o do Eng. Sócrates que o governou nos últimos 6 anos.

Não estamos a falar de um cenário hipotético. Estamos a falar de um cenário real. Os sindicatos sempre deram contributos, inclusivamente, membros do Partido Socialista que fazem parte da CGTP. Infelizmente, essas ideias nunca foram ouvidas. Agora o cenário começa a mudar, nós vamos continuar a fazer o nosso trabalho. Esperamos que, quem esteve a descansar, possa dar um contributo mais efectivo.»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Gostaria de esclarecer a questão da requalificação do palácio dos Capitães Gerais que não se resume ao jardim. Como sabem,

todo o palácio esteve em obras para se tornar visitável, criando condições ao nível da sua estrutura que garantam a preservação daquele património.

Para mim, o tratamento do tecto do palácio dos Capitães Generais tem tanto valor como a sua pintura exterior ou a conservação do jardim. Se tem um jardim, ele tem que ser mantido. Para além disso, como todos sabem, foi quase um crime de lesa-pátria, abater as árvores daquele pátio.

O que se pretende é requalificar aquele espaço. Ainda bem que isso se faz porque vem valorizar uma cidade que é património mundial. Para mim continua a ser uma prioridade. É uma questão de entendimento; a minha opinião é diferente da sua. Não se trata de rigor nem de contenção, mas sim, de prioridades.

Quanto ao Centro Comunitário do Porto Judeu, quero clarificar o seguinte: A Casa do Povo daquela freguesia não foi uma das que se queixou por ter deixado de receber verbas para os seus funcionários porque a sua actividade evoluiu muito, ao contrário de muitas outras casas do povo, que continuam no mesmo que eram há 30 anos. Prestam aqueles servicinhos de proximidade com algum interesse mas que já não se compadecem com as exigências da actualidade...»

Voz não identificada - «Algumas, são apenas tabernas...»

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Exactamente! A Casa do Povo do Porto Judeu evoluiu muito. Tem uma cresce e jardim-de-infância, um ATL, um serviço de apoio ao domicílio, um centro de convívio de idosos, berço de emprego e é também prestado ali um serviço de fisioterapia. Também funciona lá. Há uma entidade que presta ali esse tipo de serviço.

Como resultado desta dinâmica, o que acontece: Suponhamos que davam resposta a 30 idosos, passaram a dar a mais do dobro. Como é óbvio, a cozinha de que dispõem actualmente, já não tem condições para dar resposta à cresce, ao jardim-de-infância e à escola Ferreira Drumond, porque as refeições daquela escola são fornecidas pela Casa do Povo do Porto Judeu. Já não tem condições de fornecer a todo este grupo de pessoas para as quais trabalha.

Há, portanto, a necessidade de se criar um espaço que se designou de “Serviço de Apoio ao Domicílio” porque continua a sê-lo. Penso que, neste momento, presta apoio a cerca de 80 pessoas, muito para além do porto Judeu, abrangendo também a Ribeirinha e muitos outros sítios.

Há que requalificar, até mesmo, devido a exigências legais de funcionamento da cozinha. Isso é determinante. A cozinha foi concebida para dar apoio a uma cresce e um jardim-de-infância e actualmente faz muito mais do que isso.

O Centro de Dia e Centro de Convívio de Idosos, são coisas completamente distintas. Sabemos muito bem qual o espaço utilizado pelo Centro de Convívio de Idosos, que é exíguo. O Centro de Dia implica camas e serviços de apoio e isso não existe a funcionar actualmente; é um serviço novo que vai ser criado e tem que ser construído de raiz devido a inúmeras exigências legais.

A proximidade entre o Centro de Convívio de Idosos e o Centro de Dia traz vantagens. A Casa do Povo, no seu edifício Sede que é o mais antigo, já não tem condições para albergar o conjunto de serviços de que dispõe.

Todos os serviços que estão a ser criados no novo edifício não são repetições, mas sim complementos aos serviços prestados actualmente. Penso que a avaliação voltou a seguir critérios que considero correctos.

Queríamos nós que todas as Casas do Povo da ilha Terceira e da região, tivessem a dinâmica que a do Porto Judeu tem hoje em dia, dinâmica essa que se foi construindo. Desde há uns anos que vem sendo um parceiro do governo regional, da autarquia e de tantas outras entidades. Estou a lembrar-me, por exemplo da ACM. Apoiam diversas instituições também ao nível do transporte de crianças e de um conjunto de outras iniciativas.

A Casa do Povo do Porto Judeu é uma instituição com a qual, as entidades públicas podem contar neste momento. Tem sido capaz de arriscar. O facto de ter à sua responsabilidade, instituições daquela natureza, por vezes implica avançar um pouco mais para que o governo reveja, naquele espaço, a credibilidade que garanta investimentos futuros. Penso que isso tem sido bem conseguido.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Vamos fazer aqui um ponto de ordem porque alguns conselheiros fizeram chegar à Mesa a sua intenção de abreviarem um pouco a sua presença na reunião, face a compromissos assumidos anteriormente.

Temos 13 pessoas para quórum e precisamos, pelo menos, de 10. Temos ainda 2 inscritos, o Roberto Monteiro e o Paulo Ferreira e temos que sair daqui com um Parecer. Esta reunião é diferente das outras. Nem todas exigem um Parecer, mas hoje temos que emití-lo. É esse o grande objectivo da reunião.

Como vos tinha dito, isto está um pouco facilitado porque existe algum trabalho de casa da minha parte, sem querer impor o que quer que seja. Fiz o meu trabalho, senão demoraria aqui uma hora para fazer um Parecer.

O Parecer que elaborei é muito decalcado do que foi feito o ano passado e não um Parecer de unanimidades. A unanimidade não se refere aos conteúdos das opiniões de cada um que estão aqui expressas de forma diferente.

Os últimos Pareceres emitidos, que obtiveram consenso, foram no sentido de reflectirem tipo acta, a opinião expressa pelas várias sensibilidades. Recordo-me que o ano passado, o PSD manifestou algumas reservas relativamente à ampliação da EBI de Angra. Isso ficou expresso num ponto autónomo.

Relativamente aos níveis da execução do Plano, houve reservas por parte da Câmara do Comércio. O Parecer é aprovado no global com as ressalvas que aqui foram expressas. Esta é a metodologia usada nos últimos anos; não inventei nada.

Tenho uma cópia para cada um. Podemos passar rapidamente em revista o que está escrito, cortar aqui e acrescentar ali e tentar fazer um documento de consenso. Não é para condicionar o que quer que seja, apenas para facilitar a emissão do tal Parecer.

Vou agora dar a palavra aos 2 conselheiros mas, depois do trabalho bastante importante que já foi aqui feito, não me deixem sem quórum, por favor. Isso seria um pouco frustrante, embora compreenda perfeitamente os compromissos já assumidos pelas pessoas.»

Sr. conselheiro Ricardo Barros - «Assumi um compromisso a partir do meio-dia e meia, o que não impede que não esteja cá novamente às 2 horas para continuar os trabalhos.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Tem toda a razão. Também tenho que sair às 3 horas, mas outra pessoa pode continuar na Mesa. Vamos tentar terminar antes do almoço.»

Sr. presidente da CMPV, Roberto Monteiro - «Penso que foi aflorada uma matéria na generalidade, com intervenções bem sustentadas de diferentes quadrantes e diferentes pontos de vista e que há algo que tem que ser relevado, que não se tira do Plano de forma nítida e clara. Como todos nós sabemos, trata-se de uma Ante Proposta.

Há aqui pessoas que terão que participar em discussões e debates sobre esse instrumento em próximas etapas e eu gostaria que a chegada da estratégia do emprego pudesse ser tida em conta.

Na minha perspectiva, reitero que este é claramente um Plano de consolidação orçamental e financeira e, simultaneamente, um Plano que canaliza meios para situações problemáticas de curto prazo ao nível das empresas e das famílias o que, à partida, gera consensos.

Não sabemos como vamos ficar se, ao nível económico, não houver uma forma de alguns sectores ou empresas mais viáveis irem prosseguindo. Não podemos ficar o resto da vida a desviar todos os meios possíveis para suportar empresas e famílias. Há medidas que são temporárias.

Este Plano tem um aspecto subjacente muito relevante que é, assumir claramente o governo regional como um parceiro activo em garantir o financiamento para projectos e empresas viáveis. Este é um enfoque a ser tido em conta.

O Sr. presidente do Conselho conhece melhor que ninguém os constrangimentos do lado de todo sistema e sector financeiro para se financiar quer bons, quer maus projectos, sejam eles públicos ou privados. Nesta época de dificuldades, é importante perceber e avaliar com rigor o que são projectos e empresas viáveis, potenciadores de riqueza e emprego.

No meio de toda esta confusão, podemos estar a desviar e a assumir compromissos públicos para sustentar empresas que não são viáveis. Temos que ver estas coisas com alguma clareza e precisão.

É fundamental desafogar o sector financeiro e o governo regional tem que estar lado a lado, assumindo-se como um parceiro activo mas não podemos dizer que tenha que resolver todos os problemas de emprego porque isso é utópico em qualquer sociedade.

Estamos numa fase muito mais agudizada da crise mas ela já vem desde 2008. Nunca tinha chegado às pessoas e às famílias como agora, ou há-de chegar no futuro, mas trata-se de uma recessão crítica desde há algum tempo.

Acho que é fundamental encontrar mecanismos efectivos de suporte e dizer de forma objectiva que temos que encontrar meios de apoiar os projectos e as empresas viáveis, únicos instrumentos de criação de emprego e riqueza.

Há outro aspecto que me parece pertinente, uma situação que está a acontecer, com a qual concordo na íntegra, apesar de estar do outro lado da barricada: Deve assumir-se claramente a prioridade na canalização dos poucos meios existentes para o sector privado em vez do sector público. Claro que isto implicará que alguns presidentes de câmara digam que não podem fazer obras que têm prometido. Apesar de terem capacidade, não têm quem empreste, obrigando-os a encontrar outro tipo de soluções.

É ou não, preferível, que hoje em dia se deixe de fazer uma das obras públicas que eventualmente se pensava fazer, seja ao nível autárquico, seja ao nível regional, desde que a contrapartida seja a afectação de meios de sistema financeiro para a viabilização de projectos ou empresas potenciadoras de emprego? Na minha opinião, é o que se deveria fazer. Acho que isto é consensual.

O Sr. presidente do Conselho referiu que, como é óbvio, não é possível escrever-se na íntegra, alínea a alínea, um documento com o qual estejamos 100% de acordo, independentemente de sermos representantes de qualquer instituição ou força política.

Há muitas coisas que foram aqui referidas por parte dos sindicatos, de associações representativas, das câmaras, dos deputados, etc., que devem constar de um Parecer revelador do consenso do Conselho em relação às prioridades e orientações genéricas. Depois, numa versão mais pormenorizada, deve destacar-se o ponto de vista de cada um sobre a situação A ou B.

Para concluir, estou habituado, quer nas empresas, quer na câmara, a que se fale nas 2 vertentes do orçamento e todas as nossas discussões têm andado à volta das despesas de capital. Basicamente, falamos nas obras que são feitas, se afectam dinheiro, etc., mas uma grande parte do orçamento tem toda a influência na vida das famílias, das empresas, das IPSS's de que falámos aqui, das compensações a determinados sectores de actividade. Há coisas que não vemos aqui que estão escritas, quantos milhões são atribuídos para financiamento do gásóleo agrícola, etc.

Não é hoje, mas deixo este desafio a este Conselho de Ilha para que pudéssemos falar e debater a questão da despesa corrente do orçamento regional para a Terceira; para onde vai, como é feita, se vai para eixos prioritários, etc. Acho que isso deveria ser feito.

Terei que sair impreterivelmente à 1 hora, mas gostaria de dizer que, caso a votação não ocorra até essa hora, estou de acordo com a proposta de Parecer do Sr. presidente do conselho. Gostaria que fossem feitos uns ajustes nos aspectos que referi, ou seja, relevar aquilo em que estamos de acordo para transmitirmos uma imagem positiva e não passarmos o tempo a atirar pedras uns aos outros.

Há coisas em que cada um de nós, pela instituição que representa, esteve bem e outras em que esteve menos bem ao longo do percurso, mas é importante que sejamos capazes de ter uma postura positiva e construtiva para o futuro, deixando de atirar pedras de parte a parte. Em boa verdade, isso não vai resolver nada.

Todos fomos culpados. Eu estive na câmara e quantas coisas, não errei? O Guilherme esteve numa junta, etc. Isso não vai resolver nada porque o problema do país também reflecte em muitos aspectos, o que cada um de nós acabou por fazer na nossa vida privada.

Temos que ser honestos a este ponto. Da mesma maneira como o país viveu acima das suas possibilidades, também o fez a maioria das nossas famílias e não o fez por culpa do governo regional ou o governo da república.

É óbvio que o sector financeiro tem graves responsabilidades e neste momento está a assobiar para o lado como se de nada se tratasse.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Peço desculpa por interromper mas temos que pôr um ponto de ordem. Não sei se querem interromper para almoço. Preciso de saber porque

tenho que tomar uma decisão relativamente à coordenação dos trabalhos; ou continuamos, tentando fazer tudo seguido caso haja quórum, ou se alguém tiver que sair, tentaremos que recomeçar após o almoço. Preciso de ter quórum.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Estou disponível.»

Sr. conselheiro Rui Castro - «Tenho que sair à 1 hora e não posso voltar cá hoje. Peço imensa desculpa.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Numa ou na outra situação corremos o risco de não termos quórum, mas acho melhor continuarmos porque assim só teremos 2 ausências.»

Sr. conselheiro Ricardo Barros - «Se não há condições para termos quórum depois do almoço, deve prescindir-se das intervenções e passar-se à votação ou marcamos para outro dia...»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «... Se não, não temos Parecer e eu também vos digo francamente que não tenho outra data possível.»

Sr. conselheiro Pimentel Dias - «... Mas a Mesa tem.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «A Mesa tem e a reunião pode ser feita sem a minha presença. Querem passar à votação do Parecer?»

Houve concordância entre todos os Srs. Conselheiros.

Sr. conselheiro Paulo Ferreira - «O Roberto Monteiro falou no sentido da intervenção que eu iria fazer. Às vezes, as câmaras municipais e o governo regional investem em estruturas que não criam emprego. Por vezes até são importantes, mas penso que tem havido pouco apoio. Refiro que, na agricultura tem havido muito apoio. Muito mesmo! Temos tido incentivos de 85% e só não investe quem não quer progredir na vida.

No sector da indústria não se tem investido nada, ou apoia-se muito pouco. Continua a deitar-se muita fruta fora enquanto poderia haver pequenas fábricas, mesmo familiares com 2 ou 3 pessoas a trabalharem para um melhor aproveitamento e não existe nada disso. Não há apoios que incentivem esse tipo de situações, para não falar da fábrica de leite.

Às vezes, as pessoas dizem que há falta de iniciativas. A direcção da associação propôs uma fábrica de leite com projectos e tudo. Propusemos um centro de recria de animais, o que não existe na Terceira e temos um governo que nos corta as pernas pelas razões que todos conhecemos. Assim, perguntamos o que é que estamos aqui a fazer.

Também terei que me ausentar. Há que rever estes apoios, principalmente no sector secundário.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Sendo assim, vou ler rapidamente. O que está aqui é decalcado do ano passado com a actualização de valores. Fiz pequenas alterações pontuais.

O Sr. presidente da Mesa procedeu à leitura do esboço do Parecer que, após algumas alterações de acordo com os Srs. Conselheiros e posterior aprovação, se anexou a esta acta.

Sra. presidente da CMAH, Andreia Cardoso da Costa - «Tenho uma informação para prestar porque fui ali aos serviços da câmara. Recebemos da administração de portos, "PORTOS S. A.", um ofício a solicitar à Câmara Municipal, a possibilidade de apresentação do projecto a todos os vereadores, na próxima segunda-feira. Está agendado para as 11 horas, o que quer dizer que já estamos nesta fase antes de colocar à discussão pública. Pelo menos, é o que consta do ofício. Gostariam de apresentar o projecto à Câmara de Angra, o que acontecerá na próxima segunda-feira.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «O ponto 13 é relativamente polémico mas já foi aqui falado em várias intervenções. Houve aquele debate que tive com o Clélio, que não é para aqui chamado, mas ficou bem clara a posição de cada um. Ele não podia ter feito a afirmação que fez, mas também é verdade, que eu não tinha informações para dizer o contrário.

Isto está feito de forma genérica mas traduz o pensamento de algumas pessoas que aqui espelharam essa ideia. É um pouco o decalque, com alguns ajustamentos face ao que foi feito o ano passado e duas situações que introduzi; uma, tinha a ver com o cais de cruzeiros porque tinha a expectativa de que, se tivesse vindo mais cedo, dava alguma explicação.

Não há muito tempo, tive a oportunidade de falar com o Sr. secretário da tutela nesse sentido e ele disse que estaria prevista para breve, uma reunião com o Conselho de Ilha. Já está pedida para falarmos sobre isso e nunca aconteceu.

Introduzi aqui outro aspecto sobre os níveis de execução, embora discordando do Clélio, porque ele não tinha elementos para fazer aquelas intervenções. O que é certo, é que o governo também não fornece elementos de execução que, na minha opinião, deviam ser desagregados ao nível do Plano.

Agradeço os contributos de todos. O Roberto disse para dar mais ênfase aos projectos e empresas viáveis, potenciadores de valor acrescentado e o Vítor Silva fez 3 referências às limitações.

Vamos para a frente com este documento base com as devidas alterações ou querem fazer outro? Não quero impor a minha vontade a ninguém. Foi apenas uma forma de aligeirar trabalho.»

Sr. conselheiro Guilherme Melo - «Reconheço que, o que acabou de dizer, é praticamente a leitura da maioria dos Srs. membros do conselho aqui presentes; no entanto, não é a leitura do PSD que tentei expressar com este Parecer.

Reconhecendo o peso da votação, da leitura que faço do Plano de Investimentos, votarei claramente contra este Parecer. Penso que não há a necessidade de se fazer aqui alguns ajustamentos porque é uma leitura um bocado diferenciada da que espelhei neste Parecer.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Enquanto representante de uma central sindical, vamos abster-nos porque, quanto a nós, as questões que foram levantadas contra o emprego não estão respondidas nesta proposta de Plano. À semelhança do que aconteceu o ano passado, vamos abster-nos neste Parecer solicitado ao Conselho de Ilha.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Penso que há aqui 2 coisas distintas. Uma coisa é, estar contra ou a favor da Proposta de Plano aqui apresentada, outra coisa, é estar de acordo com o Parecer aqui emitido. No Parecer podemos expressar isso. Podemos elaborar o Parecer e

dizer: "O representante do PSD votou contra e o representante da UGT absteve-se relativamente o Plano".»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «O que é pedido ao Conselho de Ilha é um Parecer e os conselheiros têm 3 opções: Concordam com o Parecer apresentado e votam a favor, não concordam, votando contra ou abstêm-se.

O Parecer reflecte o que se discutiu aqui. Se é para aprovar o texto, eu aprovo; se é para aprovar o Parecer, abstenho-me. O texto refere o que se passou aqui; outra coisa é o conteúdo. Quanto ao conteúdo, abstenho-me.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «A minha preocupação é relativa ao texto do que se passou aqui, mas o próprio texto deve reflectir a opinião de cada um. O próprio texto deve dizer que a UGT se abstém relativamente ao Plano e que o PSD votou contra o mesmo. Penso que é isso que falta acrescentar aqui. Não isso que vocês pretendem?

Acho que o próprio Parecer é que deve incluir as vossas opiniões sobre a Proposta de Plano; uma, no sentido da abstenção, a outra sobre o voto contra.

No fim deve dizer-se: "*Este conselho emite Parecer favorável, tendo havido uma abstenção do representante da UGT e um voto contra do representante do PSD*". Refiro-me a estes, mas poderá haver outros.»

Sr. conselheiro Vítor Silva - «Em relação ao ponto 13 onde refere: "... nomeadamente, Câmara do Comércio e afectos ao PSD..." , a CGTP também revela esta preocupação.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Ficaria assim: "*Houve intervenção de alguns conselheiros, no sentido de o governo poder fornecer elementos*". Se calhar, assim fica mais abrangente. Fazemos assim. Ainda hoje, farei chegar a cada um de vós, este texto já corrigido.»

Este Conselho de Ilha emitiu Parecer favorável à Anteproposta do Plano Regional para 2012, sem prejuízo dos reparos supramencionados.

Estiveram presentes à votação, 11 conselheiros com direito a voto, tendo-se registado 9 votos a favor da Anteproposta em análise, 1 voto contra e 1 abstenção.

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Agradeço os vossos contributos. Tivemos quórum com 11 presenças. Contrariamente à expectativa inicial de que isto seria muito rápido, não foi tanto assim e ainda bem.

O Período de Antes da Ordem do dia foi dos mais enriquecedores que tivemos com contributos e esclarecimentos sobre temáticas actuais que desconhecíamos.

Relativamente ao Plano, penso que as questões também ficaram bem ressalvadas e os pontos de vista bem identificados.

Fiquei satisfeito com os trabalhos. Se não houver nenhuma reunião intercalar, teremos uma reunião electiva em Janeiro de 2012.»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Não se sabe nada do regime jurídico do Conselho de Ilha?»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Nada. Já agora, agradeço ao Sr. conselheiro Pimentel Dias, que nos tem dado uma grande ajuda em algumas temáticas e é sempre uma pessoa muito interessada em tudo isto. Como tem facilidade de relacionamento com o Clélio...»

Sr. conselheiro José Pimentel Dias - «Sei tanto como o Dr. António Maio. Sou jurista mas não tenho informação privilegiada.»

Sr. presidente da Mesa, António Maio - «Não consegui mais nada e estaria interessado. Com esta reforma, como a Dra. Andreia disse há pouco, se calhar, também os Conselhos de Ilha vão à vida. Isto vai desaparecer tudo do mapa.

Muito boa tarde, obrigado a todos e até à próxima.»

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por terminada esta reunião do Conselho de Ilha da Terceira, às 13H05M.

O presidente da Mesa

O primeiro secretário
